



**PREFEITURA DE PACAJUS  
GABINETE DO PREFEITO**

APROVADO NA SESSÃO  
DO DIA 10/10/2024

**PROJETO DE LEI Nº 26, DE 23 DE SETEMBRO DE 2024.**

Câmara Municipal de Pacajus  
Lido na Sessão do dia 10/10/2024

**INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA VIVA DE PACAJUS, DESTINADA A PROMOVER A PRODUÇÃO E A DIFUSÃO DA CULTURA E O ACESSO AOS DIREITOS CULTURAIS DOS DIFERENTES GRUPOS, COLETIVOS E COMUNIDADES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PACAJUS**, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e institucionais, nos termos da Lei Orgânica deste Município, submete à apreciação da Câmara Municipal de Pacajus o seguinte Projeto de Lei:

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** - Esta Lei institui a Política Municipal de Cultura Viva, cujo objetivo é promover o acesso aos direitos culturais à população de Pacajus, constituindo-se como política de base comunitária, territorial e ou temático-identitária do Sistema Municipal de Cultura de Pacajus orientada por uma ética do bem viver.

**§1º.** A Política Municipal de Cultura Viva tem como beneficiária a sociedade e, prioritariamente, os povos, grupos, comunidades e populações vulnerabilizadas socialmente por questões de classe, raça, gênero, etnia, orientação/identidade sexual, geração, deficiência, entre outros marcadores sociais e que, por conseguinte, estejam numa situação de reduzido acesso aos meios de formação, produção, registro, serviços, fruição e difusão cultural, requerendo maior reconhecimento e proteção de seus direitos sociais, culturais, políticos e econômicos, e de proteção à sua identidade cultural e sua integridade física e política.

**§2º.** A Política Municipal de Cultura Viva deve estar em consonância com a lei Federal nº 13.018/2014 e a Lei Municipal nº 335/2014, que instituiu o Sistema Municipal de Cultura.

**Art. 2º** - Para os efeitos desta Lei considera-se:

- I. Entidade Cultural: pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolva e articule atividades socioculturais em suas comunidades territoriais;
- II. Coletivo Cultural: povo, comunidade, grupo, e núcleo social comunitário, rede ou movimento



**PREFEITURA DE PACAJUS  
GABINETE DO PREFEITO**

---

sociocultural sem constituição jurídica que desenvolva e articule atividades culturais nas suas comunidades territoriais;

III. Ponto de Cultura: entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, coletivos/grupos sem constituição jurídica, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolva e articule atividades culturais em suas comunidades, certificado como tal pelo Ministério da Cultura ou Secretaria Estadual de Cultura e a Secretaria Municipal de Cultura de Pacajus;

IV. Pontão de Cultura: entidades com constituição jurídica, de natureza/finalidade cultural e/ou educativa, que desenvolvam, acompanhem e articulem atividades culturais, em parceria com as redes regionais, institucionais e temáticas de pontos de cultura e outras redes temáticas, que se destinam à mobilização, à troca de experiências, ao desenvolvimento de ações conjuntas com governos locais e à articulação entre os diferentes pontos de cultura que poderão se agrupar em nível estadual e/ou regional ou por áreas temáticas de interesse comum, visando à capacitação, ao mapeamento e a ações conjuntas;

V. Comissão Cultura Viva: colegiado autônomo, de caráter representativo de Pontos e Pontões de Cultura, instituído por iniciativa destes, e integrada por representantes eleitos no Fórum Municipal de Cultura Viva e responsável pela cogestão da Política Municipal de Cultura Viva juntamente com a Secretaria Municipal de Cultura de Pacajus;

VI. Fórum Municipal de Cultura Viva: instância política maior da Rede Cultura Viva de Pacajus, de caráter deliberativo, instituída por iniciativa dos Pontos de Cultura, que se reúne, a cada 02 (dois) anos, com o objetivo de propor diretrizes e recomendações políticas e operacionais a gestão pública compartilhada da Política Municipal de Cultura Viva, bem como eleger representantes dos Pontos de Cultura junto às instâncias de participação e representação do Sistema Municipal de Cultura em relação à Política Municipal de Cultura Viva;

VII. Cadastro Municipal de Cultura Viva: base de dados integrada por entidades culturais e coletivos/grupos culturais que possuam certificação concedida pela Secretaria Municipal de Cultura de Pacajus como Ponto de Cultura;

VIII. Rede Municipal Cultura Viva: instância da sociedade civil constituída pelos Pontos e Pontões de Cultura de Pacajus representada perante Administração Pública Federal, Estadual e Municipal pela Comissão de Cultura Viva de Pacajus e instituições parceiras que tenham sido contemplados por ações vinculadas à PNCV, ou que sejam parceiros na execução dessas ações;

IX. Teia Municipal de Cultura Viva: evento de ocorrência bienal, coincidindo com o Fórum Municipal dos Pontos de Cultura, com o objetivo de promover intercâmbio estético político e apresentar à sociedade





**PREFEITURA DE PACAJUS  
GABINETE DO PREFEITO**

---

produções realizadas por Pontos e Pontões de Cultura, bem como conferir visibilidade à Política de Cultura Viva nos campos das artes, da produção de conhecimento e de outros experimentos socioculturais de base comunitária;

X. Comitê Gestor da Política Municipal de Cultura Viva: órgão colegiado com atribuições normativas, deliberativas, consultivas e fiscalizadoras, tendo por finalidade promover a gestão democrática da Política Municipal de Cultura Viva, respeitadas as competências do Conselho Municipal de Política Cultural de Pacajus;

XI. Certificação: titulação concedida pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Pacajus, nos termos desta Lei, as entidades culturais e coletivos/grupos culturais que realizem ações previstas na Política Municipal de Cultura Viva, com o objetivo de reconhecê-los como Pontos de Cultura;

XII. Termo de Compromisso Cultural (TCC): instrumento jurídico que estabelece vínculo de fomento financeiro entre o Município de Pacajus, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Pacajus com as entidades culturais integrantes do Cadastro Municipal de Cultura Viva, devidamente selecionadas em edital público, com o objetivo de executar ações da Política Municipal de Cultura Viva;

XIII. Instituições Parceiras: instituições públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, integradas como parceiras na realização da Política Municipal de Cultura Viva, e não certificadas como Pontos ou Pontões de Cultura.

XIV. Bem Viver: princípio ético político, de sociabilidade e, em última instância, civilizacional, de reconhecimento de que a Terra é nossa casa comum e que, portanto, precisa ser cuidada, não pedrada ou explorada e, declinando desse princípio, que as relações entre pessoas, comunidades e povos devem ser orientadas pelo mesmo cuidado.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS ESTRUTURAS ORGANIZATIVAS**

**Art. 3º.** A Política Municipal de Cultura Viva é composta pelas seguintes estruturas:

I. Unidades fundamentais:

a) Pontos de Cultura;

b) Pontões de Cultura.

II. Instâncias de articulação, pactuação e deliberação:



**PREFEITURA DE PACAJUS  
GABINETE DO PREFEITO**

---

- a) Comissão de Cultura Viva de Pacajus;
- b) Comitê Gestor da Política Municipal de Cultura Viva.

III. Órgão Gestor Municipal:

- a) Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Pacajus.

**Art. 4º** - Para fins da Política Municipal de Cultura Viva compete aos Pontos de Cultura:

- I. desenvolver processos e produtos artístico-culturais nas mais diversas linguagens e expressões em sinergia com o princípio ético-político que anima a Política Municipal de Cultura Viva, bem como seus objetivos e os eixos estruturantes;
- II. promover a preservação do Patrimônio Material e Imaterial de Pacajus, de manifestações socioculturais populares e aspectos da nossa ancestralidade observando o princípio ético-político que anima a Política Municipal de Cultura Viva, bem como seus objetivos e os eixos estruturantes;
- III. promover acessibilidade cultural para as pessoas com deficiência;
- IV. contribuir para o fortalecimento da autonomia social, cultural e política das comunidades, bem como da solidariedade entre as mesmas;
- V. articular-se com instituições de ensino, redes sociais, espaços públicos e/ou privados sinérgicos à Política Municipal de Cultura Viva para ações conjuntas, ou para que os mesmos possam ceder suas estruturas e equipamentos municipais, propiciando, assim, a capilarização de ideias e ações da Rede Municipal Cultura Viva;
- VI. contribuir para a visibilidade e a capilarização das diversas iniciativas culturais da Rede Municipal Cultura Viva, bem como, de outras iniciativas que guardem sinergia ético-políticoconceitual com a Política Municipal de Cultura Viva;
- VII. promover a diversidade sociocultural, em parâmetros economicamente justos em bases solidárias, coletivistas e sem foco na acumulação de capital, contribuindo para o estabelecimento de diálogos e trocas interculturais em bases democráticas e não colonizadoras do pensamento e das vivências dos outros;
- VIII. contribuir para o fortalecimento político-cultural de populações empobrecidas, tornadas vulneráveis e que tenham historicamente suas trajetórias atreladas a processos discriminatórios e de violação de direitos;
- IX. adotar princípios de gestão compartilhada na relação com o Estado, com outros Pontos de Cultura, e em suas práticas comunitárias;
- X. fomentar ações e arranjos de economia solidária, como modelo alternativo à economia de mercado





**PREFEITURA DE PACAJUS  
GABINETE DO PREFEITO**

---

flagrantemente voltada para o lucro e acumulação de capital.

**Art. 5º** - Para fins da Política Municipal de Cultura Viva, compete aos Pontões de Cultura:

- I. promover os objetivos referentes aos Pontos de Cultura em escala ampliada;
- II. promover ações de articulação e integração entre os Pontos de Cultura, constituindo redes socioculturais ou temático-identitárias;
- III. dedicar-se a mapeamentos, diagnósticos, desenvolvimento de materiais socioeducativos, formações, entre outras ações, para a criação e fortalecimento das redes socioculturais territoriais ou temático-identitárias;
- IV. atuar em regiões com pouca densidade de Pontos de Cultura, promovendo visibilidade e fortalecendo o trabalho desenvolvido pelos grupos e instituições locais e estimulando a participação destes na Rede Municipal Cultura Viva.

**Art. 6º** - Para fins da Política Municipal Cultura Viva, compete à Comissão Cultura Viva:

- I. articular politicamente a Rede Municipal Cultura Viva;
- II. receber e dar encaminhamento as demandas da Rede Municipal Cultura Viva concernentes à Política Municipal de Cultura Viva, bem como manter diálogo permanente com a mesma, orientada pelo princípio da gestão compartilhada;
- III. representar a Rede Municipal Cultura Viva no Comitê Gestor da Política Municipal de Cultura Viva e em outras instâncias municipais, estaduais, nacionais e internacionais concernentes à Política e Movimentos de Cultura Viva.

**Parágrafo único.** a Comissão Cultiva Viva terá sua representação composta por representantes titulares e suplentes de cada Entidade e Coletivos/Grupos certificado como Ponto de Cultura.

**Art. 7º** - Para fins da Política Municipal de Cultura Viva, compete ao Comitê Gestor da Política Municipal de Cultura Viva:

- I. construir e monitorar o Plano de Metas da Política Municipal de Cultura Viva;
- II. analisar os relatórios anuais de gestão desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Pacajus, do Plano de Metas da Política Municipal de Cultura Viva incluindo metas previstas e alcançadas,



**PREFEITURA DE PACAJUS  
GABINETE DO PREFEITO**

---

ações e objetivos previstos e realizados e investimentos previstos e realizados;

III. definir os critérios de Certificação de Entidades e Coletivos/Grupos Culturais pela Política Municipal de Cultura Viva;

IV. indicar, por meio de eleição entre seus pares, seu coordenador ou coordenadora.

**§1º.** O Comitê Gestor da Política Municipal de Cultura Viva será composto por representantes titulares e suplentes do Poder Público e da Sociedade Civil, nomeados pelo Secretário Municipal de Cultura e Turismo de Pacajus, conforme os segmentos e a forma de escolha indicados a seguir:

a) dois representantes da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Pacajus;

b) um representante do Poder Legislativo de Pacajus;

c) três representantes da Comissão Cultura Viva de Pacajus, escolhidos por seus pares.

**§2º.** O Comitê Gestor da Política Municipal de Cultura Viva terá alternância de sua Coordenação entre governo e Sociedade Civil para cada mandato, sendo de (03) três anos o mandato sem recondução.

**Art. 8º** - Para fins da Política Municipal de Cultura Viva, compete à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Pacajus:

I. coordenar a elaboração, em consonância com o Plano Municipal de Cultura de Pacajus e do Plano de Metas da Política Municipal de Cultura Viva;

II. apresentar, anualmente, para o Conselho Municipal de Política Cultural e para o Comitê Gestor da Política Municipal de Cultura Viva, relatório de gestão do Plano de Metas da Política Municipal de Cultura Viva e dar ampla divulgação;

III. apresentar, anualmente, para o Conselho Municipal de Política Cultural e para o Comitê Gestor da Política Municipal de Cultura Viva, plano de metas e investimentos a serem destinados à Política Municipal de Cultura Viva no ano seguinte e dar conhecimento à sociedade civil;

IV. gerir os recursos destinados à Política Municipal de Cultura Viva;

V. gerir o Cadastro da Política Municipal de Cultura Viva;

VI. colaborar com a inclusão e compartilhamento de dados referentes a Política Municipal de Cultura Viva em cadastros similares em âmbito Estadual e Federal;

VII. outras competências estabelecidas em lei.





**PREFEITURA DE PACAJUS  
GABINETE DO PREFEITO**

---

**CAPÍTULO III  
DOS OBJETIVOS E EIXOS ESTRUTURANTES**

**Art. 9º** - São objetivos da Política Municipal de Cultura Viva:

- I. promover visibilidade, cidadania e autonomia para entidades e coletivos/grupos culturais que desenvolvam ações em territorialidades, campos identitários ou temáticos historicamente invisibilizados ou mesmo violados em seus direitos, práticas e pensamentos, bem como de reflexão crítica e enfrentamento às desigualdades socioeconômicas por meio da arte e da cultura;
- II. garantir o pleno exercício dos direitos culturais, dispondo aos grupos e coletivos integrados Rede Municipal Cultura Viva os meios e insumos necessários para produzir, registrar, gerir e difundir iniciativas socioculturais;
- III. estimular o protagonismo social das organizações e movimentos do campo cultural de base comunitária, territorial ou temático-identitária, na elaboração e na gestão das políticas públicas municipais de cultura;
- IV. promover uma gestão pública compartilhada e participativa, amparada em mecanismos democráticos de diálogo e de construção coletiva dos programas e ações da Política Municipal de Cultura Viva junto à Rede Municipal Cultura Viva, tendo a instância da Comissão Cultura Viva de Pacajus como cogestora da referida Política;
- V. garantir o respeito à cultura como direito fundamental e a promoção das identidades socioculturais, e da diversidade sociocultural como expressões políticas, estéticas, simbólicas das referidas populações e comunidades;
- VI. estimular iniciativas socioculturais já existentes, por meio do apoio financeiro e/ou de insumos do município as iniciativas culturais que se adequem aos requisitos desta Lei;
- VII. promover o acesso da Rede Municipal Cultura Viva aos meios de formação, fruição, produção, difusão e distribuição cultural conectados com os objetivos da Política Municipal de Cultura Viva;
- VIII. potencializar iniciativas culturais, visando ao fortalecimento de princípios democráticos e de direitos humanos com articulações prioritárias com as políticas municipais de direitos humanos, educação, saúde, assistência, segurança, turismo, trabalho e renda, sem detrimento de outras;
- IX. estimular o uso de espaços e recursos públicos e privados por ações socioculturais da Rede Municipal Cultura Viva.

**Art. 10** - Visando ao desenvolvimento de políticas públicas integradas e a promoção da interculturalidade,



**PREFEITURA DE PACAJUS  
GABINETE DO PREFEITO**

---

são eixos estruturantes da Política Municipal de Cultura Viva:

- I. intercâmbio e residências artístico-culturais;
- II. cultura, comunicação e mídia livre;
- III. cultura e educação universal, irrestrita, de qualidade e gratuita;
- IV. cultura e saúde universal, irrestrita, de qualidade e gratuita;
- V. conhecimentos tradicionais;
- VI. cultura digital;
- VII. cultura e direitos humanos;
- VIII. economia criativa e solidária;
- IX. livro, leitura e literatura;
- X. memória e patrimônio cultural;
- XI. cultura e meio ambiente;
- XII. cultura e as relações de gênero e direitos das mulheres;
- XIII. cultura, infância e adolescência, juventude, velhice e à convivência intergeracional;
- XIV. agente cultura viva;
- XV. cultura e direitos de povos e comunidades rurais, afrodescendentes, quilombolas, povos de terreiro, circenses, indígenas, ciganas, da floresta;
- XVI. cultura e direitos LGBTQIAPN+;
- XVII. cultura e trabalho digno;
- XVIII. cultura e direitos das pessoas com deficiência;
- XIX. cultura e segurança pública;
- XX. cultura e turismo de base comunitária;
- XXI. cultura e combate às desigualdades socioeconômicas;
- XXII. cultura e direito a cidade;
- XXIII. cultura, direito à natureza;
- XXIV. cultura e garantia de segurança alimentar;
- XXV. cultura e expressões culturais não hegemônicas, periféricas e descoloniais;
- XXVI. outros eixos em consonância com a Política Municipal de Cultura Viva que vierem a ser definidas pela Secretaria de Cultura e Turismo do Município de Pacajus conjuntamente com a Comissão Cultura Viva.





**PREFEITURA DE PACAJUS  
GABINETE DO PREFEITO**

---

**CAPÍTULO IV  
DA CERTIFICAÇÃO E CADASTRO**

**Art. 11** - A certificação como Ponto de Cultura será realizada mediante Chamamento Público, cabendo a análise da solicitação ao Comitê Gestor da Política Municipal de Cultura Viva, sendo certificadas as Entidades e Coletivos/Grupos Culturais que se adequem aos eixos estruturantes e objetivos da Política Municipal de Cultura Viva e que priorizem:

- I. a promoção de práticas artístico-culturais nas mais diversas linguagens e expressões em sinergia com o princípio ético-político que anima a Política Municipal de Cultura Viva, bem como seus objetivos e os eixos estruturantes;
- II. a promoção dos direitos humanos e, por consequência, dos direitos culturais, movidos pelos princípios democráticos para a promoção da diversidade sociocultural em parâmetros socioeconomicamente justos, solidários e sustentáveis e de proteção de identidades étnicas e sociopolíticas;
- III. a promoção de cidadania e da democracia por intermédio de ações socioculturais nas comunidades territoriais e temático-identitárias;
- IV. a valorização da diversidade cultural e regional;
- V. a democratização das ações e bens culturais;
- VI. o fortalecimento de experiências culturais desenvolvidas por agentes e movimentos socioculturais que dialoguem com a comunidade local;
- VII. o reconhecimento e disseminação dos saberes, dos fazeres, dos cultivos e dos modos de vida das populações indígenas e ciganas e das comunidades rurais, tradicionais, de matriz africana, quilombolas, de povos da floresta, LGBTQIAPN+, de mulheres e de pessoas com deficiência, entre outras que possam ser enquadradas dentro dos objetivos, definições e eixos da Política Municipal de Cultura Viva;
- VIII. a valorização e inclusão sociocultural da infância, adolescência, juventude e da velhice por meio da cultura;
- IX. a incorporação dos jovens ao mundo do trabalho cultural;
- X. a inclusão cultural da população idosa por meio da promoção do acesso desse grupo às manifestações de cultura, da oferta de oportunidades para a sua participação ativa nas diversas formas de manifestação artística e do estímulo ao convívio social e de fortalecimento de vínculos em ambientes culturais;
- XI. a capacitação e formação continuada dos trabalhadores da cultura;
- XII. a promoção de programas de capacitação e qualificação do acesso às tecnologias da informação para a



**PREFEITURA DE PACAJUS  
GABINETE DO PREFEITO**

---

produção e difusão culturais;

XIII. o fomento à criação de estruturas locais e assessorias técnicas para formação, planejamento e gestão dos Pontos de Cultura.

§1º. Para realizar a avaliação e a seleção dos inscritos para certificação, será composta Comissão Julgadora paritária com membros do Poder Executivo Municipal e da Comissão Municipal Cultura Viva, sendo estes últimos definidos pela própria Comissão.

§2º. Entidades e Coletivos/Grupos Culturais de Pacajus já certificadas pela Política Federal ou Estadual de Cultura Viva, estarão automaticamente certificadas pela Política Municipal de Cultura Viva.

**Art. 12** - O Cadastro da Política Municipal de Cultura Viva será composto por Pontos de Cultura, constituindo-se tal reconhecimento como uma chancela institucional.

**Art. 13** - Não serão certificados como Pontos de Cultura:

- I. Administração Pública Direta ou Indireta, federal, estadual ou municipal;
- II. Pessoas jurídicas com fins lucrativos;
- III. Pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, criadas ou mantidas por empresas ou grupos de empresas;
- IV. Entidades paraestatais integrantes do "Sistema S" (SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEST, SENAT, SEBRAE, SENAR e outros).

**Art. 14** - A certificação como Ponto de Cultura terá prazo indeterminado, cabendo aos Pontos de Cultura manter seus dados cadastrais atualizados, atendendo à chamada anual de atualização de dados.

§1º. Os Pontos de Cultura que não responderem ao chamado anual de atualização de informações cadastrais no prazo estabelecido, receberão notificação de advertência e terão 90 (noventa) dias para resposta, sob pena de suspensão temporária da certificação até a regularização da situação.

§2º. Pontos e Pontões de Cultura poderão perder permanentemente sua Certificação mediante solicitação formal realizada ao Comitê Gestor da Política Municipal de Cultura Viva pela própria Entidade ou Coletivo/Grupos Cultural ou quando se passarem 03 (três) anos sem que o Coletivo ou Entidade atualize





**PREFEITURA DE PACAJUS  
GABINETE DO PREFEITO**

---

seus dados no Cadastro Municipal de Cultura Viva ou quando for comprovado, a qualquer momento, o descumprimento, pelo Ponto ou Pontão de Cultura, de qualquer dos dispositivos desta Lei, bem como a comprovação de falsidade em qualquer documento ou informação apresentada, garantindo-se, no entanto, o direito à ampla defesa e ao contraditório por parte da Entidade ou Coletivo Cultural.

**Art. 15** - O ingresso no Cadastro da Política Municipal de Cultura Viva não garante, por si só, o acesso a recursos públicos.

**CAPÍTULO V  
DO FOMENTO**

**Art. 16** - A documentação necessária para certificação irá ser por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Pacajus fica autorizada a transferência, por meio de edital público, de recursos financeiros existentes para tal fim, às entidades culturais classificadas como Pontos e Pontões de Cultura, com a finalidade de prestar apoio financeiro às ações da Política Municipal de Cultura Viva.

**§1º.** O fomento poderá se dar mediante premiação de iniciativas, termos de compromisso cultural ou outra modalidade específica de transferência de recursos, com fundamento nesta Lei e em seu regulamento.

**§2º.** O Comitê Gestor da Política municipal de Cultura Viva disporá sobre os critérios gerais de distribuição e destinação dos recursos, com atenção especial aos eixos e às prioridades temático-identitárias da Política.

**Art. 17** - O Termo de Compromisso Cultural deverá conter identificação e delimitação das ações a serem financiadas, as metas, o cronograma de execução físico-financeira e a previsão de início e término das ações ou das fases programadas.

**§1º.** Sem prejuízo da fiscalização de competência dos órgãos de controle interno e externo, Decreto estabelecerá as regras relativas ao Termo de Compromisso Cultural e os procedimentos operacionais para elaboração e divulgação das prestações de contas, que serão simplificadas e analisadas com foco na análise do cumprimento do objeto, bem como na comprovação da aplicação dos recursos recebidos no próprio Ponto ou Pontão de Cultura e/ou nas atividades por eles desenvolvidas.

**§2º.** Os recursos financeiros transferidos com base no Termo de Compromisso Cultural serão depositados em conta corrente específica, aberta e mantida exclusivamente para esse fim, ficando sua transferência



**PREFEITURA DE PACAJUS  
GABINETE DO PREFEITO**

condicionada ao efetivo cumprimento do respectivo Termo.

**Art. 18** - fica a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Pacajus obrigada a proceder, no âmbito da Política Municipal de Cultura Viva, ao lançamento anual de, pelo menos, 01 (um) edital de apoio financeiro que garanta o fomento a Pontos e Pontões de Cultura que possuam relevantes ações desenvolvidas no âmbito da Política Municipal de Cultura Viva, bem como aos novos Pontos e Pontões de Cultura que venham a serem certificados como tal.

**Parágrafo único.** O edital a que se refere o caput poderá ser em forma de apoio ao desenvolvimento de projetos mediante celebração de Termo de Compromisso Cultural, termo de fomento, termo de colaboração e demais instrumentos jurídicos aplicáveis, bem como mediante premiação de iniciativas, concessão de bolsas e outras formas de apoio financeiro aplicáveis a Política Municipal de Cultura Viva.

**Art. 19** - Fica obrigado o apoio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Pacajus, no âmbito da Política Municipal de Cultura Viva, à realização bienal do Fórum Municipal de Cultura Viva e da Feira Municipal de Cultura Viva, espaços, respectivamente, de organização política e intercâmbio artístico e sociocultural da Rede Municipal Cultura Viva.

**Art. 20** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJUS, 23 DE SETEMBRO DE 2024.**

**DAVANILSON JOSÉ PINHEIRO LEITE**

**PREFEITO MUNICIPAL**